
OS DESAFIOS DA ESCOLA E A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO DA INCLUSÃO ESCOLAR

LUCIMAR LISANDRO DE FREITAS MARTINS

RESUMO: O presente artigo objetiva refletir sobre as práticas da Psicopedagogia nas instituições escolares. Mais especificamente, é examinar o papel da escola na inclusão de alunos com diversas deficiências no processo da aprendizagem. Realizar uma educação com eficiência e qualidade demanda uma formação profissional adequada e um ensino de qualidade. Diante dessa situação, qual a contribuição da Psicopedagogia frente aos desafios de ensino aprendizagem nas escolas públicas? Quais os elementos norteadores da Psicopedagogia dentro da escola? Qual a função da Escola enquanto Instituição? Qual a formação do professor para essa realidade? Qual o papel das famílias? Para tanto, o referencial teórico foi feito baseado em autores como Lopes e Marquezzine (2012), Briant e Oliver (2012), Tesani (2010), Henriques (2012), entre outros. Para que se entenda melhor as vertentes onde se estabeleça o papel de cada um nesse processo chamado Inclusão Escolar com suas diversas nuances e para que de fato a inclusão se efetive, assegurando assim os direitos aos alunos portadores de necessidade especial. Concluiu-se que a contribuição do psicopedagogo é de fato relevante para elevação da qualidade de ensino aprendizagem. Pois, estudar, entender e avaliar cada processo no quesito inclusão escolar é fundamental, adotando estratégias que garantam a aprendizagem e eliminar as barreiras ao acesso à escola para todos. Desse forma, superar as práticas de homogeneidade das classes, o despreparo dos professores e a falta de informação dos direitos destes alunos por parte de seus familiares.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Inclusão. Escola. Professor. Família

INTRODUÇÃO

Esse artigo propõe a reflexão da função da Psicopedagogia, escola, professor e família bem como as estratégias de cada um destes personagens, tendo em vista que a Inclusão Escolar de alunos com necessidade especial no processo ensino aprendizagem é uma realidade nas escolas e tem demandado debates para que não haja fracasso no atendimento desse público uma vez que tem se encontrado diversas barreiras no contexto Escolar. Documentos como, por exemplo, a Declaração de Salamanca (1994), enfatizam que é dever da Escola propiciar a educação a todos os alunos, atendendo as necessidades dos mesmos.

O Fracasso da escola em relação à Inclusão Escolar no processo ensino aprendizagem de uma forma generalizada está basicamente na falta de conhecimento, das Leis, resoluções e portarias que regulamentam e delimitam as funções e modalidades do atendimento ao aluno com necessidade especial.

A Educação ou o ensino e forma que se aprende esta em transformação, o mundo globalizado, a tecnologia e os meios de comunicação cada vez mais avançados trazem para a escola um grande desafio, se apropriar destes conhecimentos e aplica-los no cotidiano escolar. As medidas para a inclusão se darão na reestruturação dos espaços escolares, adequando as novas exigências que se apresentam ao receber o aluno da Inclusão escolar na formação e treinamento de todos profissionais envolvidos no processo e na conscientização dos familiares e responsáveis por estes alunos, de forma que tenham um ensino humanizado e de qualidade. Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 9.394/96, haverá ,quando necessário, serviços de apoio especificado na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de Educação especial.

De acordo com Lopes & Marquezine (2012), a realidade demonstra que a maioria das instituições de ensino parecem não estarem preparadas nem estruturadas para incluir os alunos com deficiência e dar atendimento adequado a essa nova demanda. Parecem faltar nos órgãos responsáveis pela educação, ações que transformem em realidade o caráter inclusivo da educação presente nos textos oficiais.

Para compreender a complexidade da escola frente a esse desafio, é necessário abordar ainda que de forma superficial a precariedade das tecnologias no que se referem à programas operacionais, na formação humana e rotatividade de profissionais nas áreas administrativas e docência, sobretudo nas escolas públicas.

Conforme Briant e Oliver (2012), a composição de uma equipe multidisciplinar é fundamental para apoiar e construir novas possibilidades de ação por parte dos diferentes agentes e para a efetivação e fortalecimento de uma nova dinâmica que valorize cada sujeito e sua diversidade.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) prevê como meta universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Diante deste plano percebemos o quanto escola, professores, famílias e

Governo necessitam articular, trabalhar e implementar modelos de atendimento de forma que venham garantir o pleno acesso à educação a todos os alunos atendidos pela educação especial.

Barbosa afirma que:

"A atuação psicopedagógica junto a um grupo ou instituição, para ser operante, precisa interpretar os papéis desempenhados, a forma como foram atribuídos e assumidos, assim como as expectativas que se encontram latentes neste movimento de atribuir e aceitar o papel. [...] A tarefa de cada um deve estar voltada para o aprender, desde a direção até a portaria ou o serviço de limpeza" (Barbosa,2001)

É nesse momento que vemos a psicopedagogia como alguns objetivos norteadores que vem de encontro as necessidades da escola, seja através a atuação preventiva, orientação professor /aluno, as famílias entre outros. A psicopedagogia tem como um dos seus objetivos intervir na aprendizagem humana especialmente com alunos que apresenta dificuldade de aprendizagem ou que esta relacionada com o fracasso escolar.

A gestão escolar

A Gestão escolar especialmente as públicas é complexa, percebemos que quando o gestor chega à escola na maioria das vezes não tem formação para esta área e também não há exigência de uma formação e treinamento tanto seqüencial e como processual dos sistemas operacionais. É notório que basicamente o gestor aprende ao longo de sua gestão, podendo notar um prejuízo de tempo e qualidade do ensino tanto para a escola no âmbito administrativo, professores e principalmente para o aluno de Inclusão Escolar.

Para Tesani (2010), o primeiro passo, é construir uma comunidade inclusiva que englobe o planejamento e o desenvolvimento curricular; o segundo passo do processo é a preparação da equipe para trabalhar de maneira cooperativa e compartilhar seus saberes, a fim de desenvolver um programa de equipe em progresso contínuo; o terceiro envolve a criação de dispositivos de comunicação entre a comunidade e a escola; o quarto abrange proporcionar a criação de tempo para reflexão sobre a prática desenvolvida.

No entanto a realidade vivenciada hoje na gestão escolar é de pouco tempo para as reflexões pedagógicas frente a uma grande demanda no aspecto administrativo. Refletir e entender melhor sobre a gestão democrática para atingir aos objetivos propostos para a Inclusão escolar é importante, afim de que o fracasso escolar que se evidencia na falta de definições dos papéis

dentro da gestão, como a descontinuidade dos processos educacionais e perda da participação da inclusão no processo de evolução na educação seja reduzido.

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinando com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometendo com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação como retorno de informações) e transparências (demonstração pública de seus processos e resultados) (Lück, 2011, pp. 35-36).

Quando as escolas principalmente as públicas tem a presença in loco de um psicopedagogo, este profissional necessita da autorização do Estado para atendimento em uma sala de Recursos. Ainda assim é um grande desafio para este intervir e compreender de forma efetiva a orientação e formação dos indivíduos envolvidos no processo ensino aprendizagem dos alunos que apresentam deficiências que estão relacionados ao fracasso escolar.

O psicopedagogo é o profissional indicado para assessorar e esclarecer a escola a respeito de diversos aspectos do processo ensino aprendizagem.

Entretanto como parte da gestão escolar o professor está intrinsecamente ligado ao processo da Inclusão escolar, uma vez que ele trabalha diretamente com o aluno, assim é necessário um elo de comunicação efetivo entre gestores e professores para delineamento dos planejamentos administrativos, pedagógicos, partindo do conhecimento do perfil do aluno recebido pela escola.

O psicopedagogo pode contribuir na linguagem professor /aluno, no esclarecimento de dificuldades de aprendizagem que não tem causa apenas na deficiência do aluno, mas também nas conseqüências de métodos de ensino.

No entanto o desafio da escola quando o assunto é inclusão, se evidencia logo no ato da matrícula, pois na maioria das vezes a estrutura administrativa não está preparada para receber os alunos portadores de inclusão, não há instrumentos que identifiquem este aluno e assim o professor nas diversas vezes só tomará conhecimento deste em sala de aula, conseqüentemente o professor depara com a falta de planejamento adequado para este perfil de aluno.

Ao professor deverá ser assegurado o suporte necessário para que em sala de aula possa disponibilizar de todos os meios, métodos, técnicas e recursos a fim de garantir ao aluno deficiente intelectual, todas as possibilidades para o seu desenvolvimento. Os tipos de estratégias que são necessárias a fim de permitir que todos os alunos, inclusive o de deficiência intelectual, participem integralmente das oportunidades educacionais, com resultados favoráveis, dentro de uma programação tão normal quanto possível, são reveladas, pelas necessidades especiais destes. (Henriques, 2012, p. 11).

È nesse contexto que se permeia a falta de articulação e preparação do professor para atendimento ao aluno de inclusão escolar. Tomar conhecimento do perfil da turma e aluno que compõe uma sala de aula é um dos fatores que aponta para um ensino de qualidade e resultados positivos de aprendizagem.

Diante do que destacamos acima, vimos à necessidade do diálogo entre todos os setores escolares para garantir o acesso e ensino de qualidade ao aluno de Inclusão Escolar. Portanto a importância da formação do professor é parte integrante desse processo que passa pelas Universidades e Faculdades que na maioria das vezes não apresentam em seus currículos conteúdos que valorizam a diversidade e práticas de inclusão. A propósito desta formação o professor chega às escolas e apresenta dificuldade para trabalhar com a demanda da inclusão. Sem a formação adequada, apoio administrativo substancial dentro das escolas, o Fracasso Escolar no que se refere ao atendimento dos alunos de Inclusão Escolar se destaca. Contudo ainda assim de forma precária, com um sentimento de impotência, alguns profissionais se destacam em busca individual pela capacitação profissional para melhoria e aperfeiçoamento do seu trabalho e no que tange ao ensino aprendizagem do aluno.

A necessidade de formação dos professores para educação inclusiva e a falta de preparo para assumir a responsabilidade de promover a aprendizagem e participação de alunos com necessidades educacionais especiais, já foi estudada por diversos autores (...) Tais autores, constataram as dificuldades e falta de preparo dos professores para promover a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais e enfatizaram a necessidade da formação continuada para atender à diversidade das experiências e demandas dos estudantes em sala de aula. Na prática, encontramos ainda professores despreparados para essa realidade e com falta de uma rede de apoio para desenvolver o seu trabalho com qualidade (Briant e Oliver, 2012, p. 142.).

Segundo Ito (2013, p. 13) em relação aos professores, o psicopedagogo pode realizar orientações específicas a uma situação-problema vivenciada por eles. Pode também sugerir ações pedagógicas que auxiliem os professores e fornecer informações especializadas sobre as características do desenvolvimento afetivo, cognitivo, social e perceptivo motor dos diferentes níveis de escolarização. Pode auxiliar os professores a adquirirem uma consciência de seu papel e dos recursos necessários para trabalhar com os desafios escolares.

Aliada ao aperfeiçoamento da gestão escolar, formação de qualidade do professor, temos um fator relevante, a participação da família, é fato que muitas delas desconhecem o direito do aluno da inclusão Escolar e por esse desconhecimento cria se um gerador que potencializa a ineficiência do atendimento da escola que por si só apresenta o despreparo no atendimento do aluno da Inclusão Escolar. De acordo com as leis que já estão em vigor juntamente com os órgãos e sistemas públicos e privados, garantir o atendimento do aluno nas escolas regulares, com um professor de apoio e também o acesso as Salas de Recursos conforme garante o Plano Nacional de Educação, é imprescindível. Necessário se faz o diagnostico das deficiências com laudo e respectivo CID, para que o aluno de inclusão escolar seja atendido de forma que alcance a qualidade e não reforce a exclusão. Contudo nas escolas públicas, sobretudo , quando solicitada às famílias o diagnostico do médico juntamente com laudo e Cid da deficiência, essas na maioria das vezes ou não apresentam a escola os documentos necessários, ou se ausenta da mesma sob diversas justificativas sendo algumas delas; “não podem faltar do trabalho, pois demanda tempo, não tem plano médico, os centros de saúde demoram a marcar as consultas, principalmente aquelas que são consideradas consultas especializadas este caso entende se para laudo e CID os neurologistas”.Portanto algumas famílias se recusam a reconhecer ou aceitar o fato que os filhos ou aqueles que estão sob sua responsabilidade necessitam de atendimento especializado.

Segundo a reflexão apresentada por Sumaia Midley Pimental e Elaine Pedreira Rabino- vich (2006, pp. 68-84),

A situação socioeconômica da pessoa com deficiência facilita uma maior ou menor acessibilidade ao tratamento, o que geralmente inclui a necessidade de adquirir orteses ou auxiliares de locomoção, como cadeira de rodas ou adaptações, entre outras, como também a acessibilidade à escolarização e ao lazer, tornando freqüentemente sua incapacidade mais acentuada, limitando sua independência nas atividades da vida diária e sua autonomia, comprometendo assim sua integração e socialização. Historicamente, no Brasil, as pessoas com deficiência, têm sido triplamente excluídas da sociedade: pela deficiência, pelo preconceito e pela pobreza. O processo de inclusão exige que haja transforma-

ções não somente no ambiente físico, como também na mentalidade das pessoas, devendo a sociedade se adaptar para incluir as pessoas com deficiência e prepará-las para assumir sua cidadania.

É nesse momento que o psicopedagogo reforça a importância da parceria entre escola e família afim de que se potencialize o atendimento e qualidade no atendimento ao aluno da inclusão Escolar, criando a possibilidade de compreensão do outro, a adequação de papéis e de limites.

Conclusão

Diante do exposto acima, não se esgota aqui a discussão para promoção da inclusão escolar, é vasto o caminho e as possibilidades da inclusão, as políticas públicas da educação Inclusiva já apontou os pressupostos, no entanto ainda percebemos um distanciamento entre teoria, leis e aplicabilidade das mesmas. Conclui se que a interação Gestão escolar, professores e família, são fundamentais para o sucesso do ensino aprendizagem do aluno de inclusão. Porquanto se torna necessário a construção de estratégias a partir dos sujeitos envolvidos neste processo, investimento na formação de professores e demais profissionais do espaço escolar, através de parcerias com universidades e hospitais, promovendo o envolvimento da família, afim de que o processo se dê com qualidade, respeitando a diversidade, promovendo a qualidade da educação. Associado a todas essas medidas percebe se a importância do papel do psicopedagogo junto a instituição escolar, pois ele auxilia em todo o processo de aprendizagem bem como nas relações interpessoais. Portanto, é importante a conscientização por parte das autoridades, repensar na valorização desse profissional, criar possibilidades de concurso público e possibilitar maior acesso as escolas, tendo como finalidade maior qualidade no ensino. Cabe a escola na sua função dentro da sociedade no que se refere à inclusão, buscar, socializar e aplicar conhecimento das leis que se adequam a sua realidade escolar.

Promover a educação para todos, à uma educação de qualidade onde suas necessidades individuais possam ser atendidas e desenvolver-se em um ambiente estimulante do seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

REFERÊNCIAS

- Barbosa, L. M. S. (2001). *A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar*. Curitiba: Exponente.
- Barbosa, H. (2017). *Por Quê Inclusão?* <http://www.inclusive.org.br/arquivos/52> Acesso em 28 de dezembro.
- Brasil (1006). Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC.
- Brasil (1994). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, CORDE.
- Briant, M. E. P. e OLIVER, F. C. (2012). Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo 428 estratégias e ações. *Rev. Bras. Educ. Espec.* [Online], vol.18, n.1, pp. 141-154. ISSN 1413-6538.
- Henriques, R. M. (2017). *O Currículo Adaptado na Inclusão de Deficiente Intelectual*. Disponível: < www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/489-4.pdf > Acesso em: 06 de março.
- Ito, R. L. M. G. (2013). *Projeto de Ação/Intervenção. (Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Psicopedagogia Institucional)*. Presidente Prudente: Universidade do Oeste Paulista.
- Lopes, E.; Marquezine, M.C. (2012). Sala de Recursos no Processo o de Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Percepção dos Professores. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, jul-set.
- Lück, H. (2011). *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. 8. ed. Petrópolis: Vozes.
- Sa, S. M.; Pimentel, E.; Rabinovich, E. P. (2006). Compreendendo a família da criança com deficiência física. *Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum.* [Online]. vol.16, n.1, pp. 68-84. ISSN 2175-3598.
- Tezani, T. C. R. (2010). “Os caminhos para a construção da escola: a relação entre a gestão escolar”. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Universidade Santa Maria (2010). Gestão escolar: a *prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva*. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 287-302, maio/ago.